

## REVERSÃO DA TENDÊNCIA: A CRISE DO PÓS 1974(a)

MARTUS A.R. TAVARES\*

## RESUMO

*Este ensaio é uma tentativa de entender o movimento da economia brasileira depois de 1974, através de uma análise crítica da literatura existente sobre o tema. Mostra como o País reagiu ao primeiro (1973) e segundo (1979) choque do petróleo, para esclarecer como e porque mergulhou na atual crise da economia mundial.*

## 1 – INTRODUÇÃO

Este ensaio tenta ver de forma crítica as diversas interpretações dada ao movimento mais recente, pós 1974, da economia brasileira. Na verdade ele é um complemento de uma tentativa maior de entender a economia nacional no pós 1960(b)

Assim, apresenta-se aqui, inicialmente, uma revisão da literatura econômica a respeito do período pós 1974; analisa-se os fatores que contribuíram para a crise nesse período na segunda seção. Na terceira, faz-se uma breve digressão sobre os principais indicadores econômicos, subdividindo-se o período em 3 outros. Na seção seguinte tenta-se isolar o setor financeiro para analisar seus efeitos sobre o resto da economia, momentaneamente sobre o lado real. Na seção V são feitas algumas observações finais e por último apresenta-se duas conclusões a que se foi possível chegar.

## 2 – REVISÃO

Em outro ensaio(c) analisamos brevemente o comportamento da economia brasileira no período 68/73, quando acontece o primeiro choque do petróleo, e a economia inicia um processo de reversão do ciclo de crescimento.

Agora, antes de vermos individualmente cada fator que contribuiu para aquela reversão, faremos uma breve di-

gressão sobre as várias análises que tentam explicar a evolução da economia brasileira nesse período recente, pós-74.

Existe uma corrente de economistas que acreditam na força do movimento endógeno do sistema, embora sem desconsiderar o exterior, e muito pelo contrário, analisando o comportamento da economia brasileira sempre no contexto do capitalismo internacional ou da economia mundial, acredita que a dinâmica interna da economia brasileira por si só conduziu à reversão do seu ciclo de crescimento.

Isto significa que existe, e é inerente ao nosso desenvolvimento capitalista, uma desproporção setorial (setores de bens de capital; de consumo duráveis e de consumo não duráveis) que conduz a uma sobre acumulação de capital. Ou seja, o processo de acumulação de capital iniciado a partir de 1967, que estava centrado nos setores de bens de capital e consumo duráveis, tendo como dinâmico o segundo, gerou uma sobreacumulação de capital, reduzindo a rentabilidade esperada, que conduz a economia a uma reversão de sua evolução(d).

TAVARES<sup>(11)</sup> que representa este tipo de pensamento, resume: "No auge, o investimento das empresas estatais, funciona, portanto, como superacumulador, elevando as taxas desejadas de

investimentos do setor privado de bens de produção, para além do que é capaz de sustentar a médio prazo com sua demanda corrente... A reversão da taxa de acumulação de capital nos setores de bens de produção ligados às empresas estatais, é, portanto, inexorável". Caindo, assim, a taxa de crescimento corrente da produção de bens capital e a própria acumulação de capital da economia como um todo. É o início da crise.

Uma outra linha de análise vê o problema da demanda efetiva sob outro aspecto, qual seja, sobre a ótica da "quebra" do quadro institucional vigente na economia, que é a mostra da fragilidade do mesmo frente aos choques desestabilizadores.

Desta forma, admite-se que a queda do investimento privado, basicamente, a partir de 1975 – Tabela 1 – é decorrente da reversão das expectativas, causada pelo desarranjo institucional, gerado, principalmente, pelo choque externo de 1973, e que tem influência direta sobre o conceito prospectivo da eficiência marginal do capital.

Cabe destacar, aqui, mais explicitamente, o papel do choque externo de 1973 nesse desarranjo institucional. Na verdade, observa-se que a especulação de matérias primas a partir de 1973, e logo em seguida, em 1974, a de bens de capital, juntamente com os aumentos do petróleo, provocam, inicialmente,

\*Professor do Departamento de Economia da UEL.

(a) O presente trabalho foi escrito no segundo semestre de 1980.

(b) Vide TAVARES<sup>(12)</sup>

(c) Vide TAVARES<sup>(12)</sup>

(d) Ver KALECKI<sup>(5)</sup>

uma elevação de preços que se traduz também, via expectativas, em queda do crescimento do produto — Tabela 1. Quer dizer, o recrudescimento da inflação dentro do quadro institucional vigente, basicamente no tocante à estrutura do mercado financeiro, desarticula este quadro, que possui na sua estrutura um caráter altamente instável e vulnerável, portanto, não sendo um adversário difícil para o crescimento dos preços e colaborando para uma queda do ritmo de crescimento do processo de acumulação de capital. (MOURA DA SILVA<sup>(9)</sup>).

Resumindo, temos que a especulação no mercado internacional com matérias primas e bens de capital juntamente com os aumentos dos preços do petróleo implicaram no primeiro instante: i) uma elevação dos custos de produção que, dada as políticas de manutenção das margens de lucros, conduz a uma elevação do nível de preços; ii) uma desarticulação do quadro institucional vigente. Esta também ajudada pela própria elevação dos preços; de forma que ambos contribuem para a mudança nas expectativas, influenciando diretamente a eficiência marginal do capital. Isto, dentro da estrutura monetária dual do mercado de capitais que possibilita remuneração real maior que a alcançada nos investimentos produtivos, e dada a facilidade de capital financeiro no mercado internacional e o *spread* que a aplicação no nosso mercado de capitais representava acaba por criar uma “circularidade financeira” que é reproduzida a cada momento pelo endividamento público, e reproduzindo, conseqüentemente, de forma ampliada o quadro da crise instalada, fazendo cair continuamente o nível de investimento, produto e emprego.

### 3 — QUEM CONTRIBUIU PARA CRISE

Utilizando os pontos positivos das várias interpretações procuraremos, agora, dissertar com mais detalhes um pouco sobre aqueles fatores internos e externos que influenciaram direta ou indiretamente na crise que tomou lugar desde 74.

Não fosse o dinamismo do crescimento do período anterior, 68/73, a crise do dólar em 1971, com sua constante desvalorização no mercado internacional e as políticas do governo americano face às pressões dos países europeus, teria tido repercussões bem mais negativas na economia brasileira. Mas, não muito tempo depois, no final de 73 nos

deparamos com um obstáculo mais sério — petróleo — que se tornou bastante explorado até então, e constituindo-se como o grande bode espiatório oficial para explicar a crise que estamos atravessando desde aquela data.

Em menos de um ano os preços do petróleo bruto quadruplicaram, tendo conseqüências diretas sobre os custos domésticos, bem como sobre os preços dos produtos importados, como outras matérias primas e bens de capital.

Esse aumento dos preços do petróleo em meados de 73, trouxe entre outras as seguintes complicações para o Balanço de Pagamentos brasileiro: 1) por um lado, o aumento real do barril, ampliou sua participação na pauta de importação (em termos de Valor). E, portanto, aumentando o total de importação, dado a rigidez da referida pauta no que concerne à sua diminuição; 2) a crise do petróleo, a nível mundial, provocou o chamado desarranjo do comércio entre os países, dificultando sobremaneira as nossas exportações; 3) finalmente o preço do petróleo mais alto teve como conseqüência um aumento nos preços dos bens de capital importados pelo Brasil, bem como, das matérias primas importadas (principalmente inseticidas e fertilizantes).

A conseqüência final destes fatos foi também a repercussão adversa no Balanço de Pagamentos que, aliado às medidas de política econômica tomadas objetivando seu equilíbrio (Ex.: Desvalorização Cambial), contribuíram, sobremaneira, para o agravamento da crise interna, sobretudo no processo inflacionário,

É incontestável que num primeiro momento este choque externo desarticule e desequilibre também o sistema de preços reinante internamente, deixando a marca da mudança de preços relativos como símbolo de sua capacidade desestabilizadora. Neste ponto é importante não só a dança dos preços relativos dos bens e serviços, representada no todo pelo Índice Geral de Preços e sua versão financeira a UPC, como também entre estes e os demais “preços universais”: salários; câmbio e taxa de juros<sup>(9)</sup>.

A despeito do aumento dos preços do petróleo, observa-se, no mesmo período, um movimento especulativo de matérias primas e de bens de capital, levando a aumentos substanciais nas importações desses produtos, principalmente em 1973 e 1974, com uma clara diminuição a partir de 1975. (vide Tabela 2).

O aumento das importações desses produtos mostra, de um lado, os reflexos do início dos efeitos cumulativos dos aumentos do preço do petróleo; de outro lado, uma clara posição dos empresários brasileiros no sentido de expandir ou continuar aquele ritmo de investimentos do período passado e também, porque não dizer, da euforia embutida na retórica do II PND.

É patente, portanto, a falta de consciência, que dominou não só o empresariado como também as autoridades governamentais, frente aos problemas que se apresentavam para todo o mundo ocidental, e principalmente aos grandes importadores de petróleo.

Com o II PND, a partir de 74, o governo federal defini posições bastante favoráveis para o melhor desempenho da economia brasileira nos próximos 5 anos. No entanto, dentro do contexto da crise internacional, era de se esperar a não concretização das metas estabelecidas no plano, ademais, estas metas eram de per si muito ambiciosas e sendo duvidosa sua execução mesmo num período de prosperidade.

O plano não tinha apenas metas econômicas em seu esboço, mas além destas, ele trazia um desejo de melhorar a distribuição de renda, que tinha piorado na década de 60. Isto, naturalmente, tendo repercussões sócio — políticas favoráveis nas bases, mas com amplo confronto com os extratos superiores, dentro de um quadro político já não muito favorável. Por outro lado, essa redistribuição poderia funcionar como amortecedor para melhor viabilizar, politicamente, aqueles projetos.

Apesar do II PND tentar executar projetos “gigantes” em meio a crise internacional, foram justamente estes mesmos projetos, principalmente aqueles que não foram abandonados, que sustentaram a taxa de acumulação de capital, representando “um fôlego adicional à acumulação privada no setor de bens de produção no período 74/76 que se manteve estimulado muito além do auge de investimento privado” (TAVARES<sup>(11)</sup>). Estes pontos serão posteriormente recuperados quando analisarmos o comportamento setorial na crise.

Outro fato interno que colaborou para ampliação da crise foi o mercado de capitais, ou mais especificamente, a “estrutura da intermediação financeira”. Esta estrutura, montada nos meados dos 60's e consolidada durante a última década, possui em suas estranhas um desequilíbrio potencial, poden-

do ser acionado a qualquer momento, como foi logo após 74.

Assim, os defeitos dessa estrutura, essencialmente o seu regime de remuneração das captações e aplicações internas, associadas as facilidades de crédito externo e política cambial, contribuíram para o desarranjo institucional econômico, funcionando portanto, como fator agudizante da crise. A este respeito também desenvolveremos uma seção específica.

Deve, no entanto, desde logo, ficar claro que aqueles fatores externos — crise do petróleo, especulação em matérias primas e bens de capital — assim como os internos — estruturas industriais, relações desproporcionais entre setores, e estrutura de intermediação financeira — contribuíram sobremaneira para a crise interna, gerando incerteza, revertendo as expectativas, desfuncionalizando o cansado sistema de preços, atuando, desta forma, negativamente sobre os lucros esperados, implicando em última análise na queda do investimento produtivo — maior componente da demanda efetiva —, conduzindo à queda do nível de atividades e emprego, isio com dimensões diferentes entre 74/76 e a partir de 1977, conforme veremos adiante<sup>(9, 11)</sup>.

#### 4 — ANÁLISE DOS NÚMEROS

A partir de 74, o BNDE, inserido no contexto do II PND que objetiva continuação do processo de acumulação de capital com ênfase na “substituição de importação” de bens de capital e insumos básicos, põe em ação mais três subsidiárias, além da FINAME: Mecânica Brasileira S/A (EMBRAMEC); Insumos Básicos S/A (FIBRASE) e Investimentos Brasileiros S/A (IBRASA). Se utilizando para isso dos fundos PIS/PASEP, que passa a administrar, também a partir desta data.

Como se pode perceber estava muito clara e bem definida a direção, o rumo, que deveria tomar os investimentos. Por outro lado, através da aplicação daqueles fartos recursos<sup>(a)</sup>, o BNDE direciona os investimentos in-

dustriais, por outro lado, o governo com seus grandes projetos do II PND estimularia quase que os mesmos investimentos, dando assim dois impulsos substanciais para as industriais de base, além dos efeitos implícitos e explícitos aos investimentos da indústria de construção civil, como por exemplo através de Itaipu; Angra e outros.

Mas, como já dissemos, tornaram-se um tanto irrealistas alguns projetos do plano e por conseguinte refletindo negativamente sobre os investimentos privados, uma vez que a conjuntura interna e internacional não eram favoráveis para tamanhas proposições. De qualquer forma, foram os investimentos estatais que se mantiveram ou enquanto se mantiveram, que evitaram que as quedas do crescimento da formação bruta de capital fixo — FBKF — e do PIB fossem mais desastrosas.

O crescimento do PIB e da FBKF, que vinha se mantendo em níveis elevados desde 1969/70, sofreu queda moderada — a partir de 1974, o PIB, e a partir de 1975, a FBKF — para a partir de 1977 desabarem significativamente, alcançando os níveis mais baixos dos 70's. (Vide Tabela 1). Com isto se separam dois momentos da crise pós 74: o primeiro, 74/76 e o segundo, pós 1977(b).

Observando-se a Tabela 3 vemos que a queda do ritmo de crescimento da FBKF total em relação à média do período 1970/74 foi bastante significativa, 16,7 por cento para 9,3 por cento e 2,8 por cento respectivamente em 1975 e 1977, maior ainda foi a de sua componente, setor privado, passando de 16,3 por cento para 5,3 por cento e 1,5 por cento naqueles mesmos anos. Na tabela também pode ser visto o papel desempenhado pelo setor produtivo estatal — SPE(c) — que manteve até 1978 taxas de crescimento maiores que a média do setor público como um todo e do setor privado. Tendo, desta forma, taxas maiores que a própria FBKF total. Este setor desempenhou, portanto, um papel anti-cíclico nos investimentos da economia, fortalecen-

do o processo de acumulação de capital, principalmente, ao contrário do que se poderia esperar, a partir de 1977, quando o II PND é abandonado.

Do setor produtivo estatal, destaca-se o subsector de energia elétrica (sistema eletrobrás mais Itaipu) que cresceu, com exceção de 1978, a níveis superiores ao do setor como um todo e proporcionando taxas razoáveis de crescimento dos subsectores privados com que atua mais diretamente: construção civil, que cresceu 9,1 por cento em 1976/77; bens de capital, que cresceu 8,4 por cento em 1974/77 e material elétrico 7,4 por cento em 1974/77, todas superiores às taxas de crescimento do setor privado como um todo para os mesmos períodos.

É interessante que a despeito dessas taxas de crescimento alcançadas por esses poucos setores produtivos ocorre, paralelamente, crescentes estímulos para a aplicação financeira, facilitada pela liquidez internacional favorável e a estrutura do nosso mercado de capitais.

Isto no entanto não favorece ao capital industrial, principalmente o pequeno e médio que não participa do jogo financeiro, ademais, este jogo, constituiu-se exatamente num elemento nocivo ao processo de acumulação de capital, prejudicando os investimentos produtivos, através da elevação das taxas de juros e da inflação.

A elevação do patamar da inflação de 20 por cento, entre 1973/75, para 40 por cento entre 1975/78; a liberação das taxas nominais de juros a partir de 1976, que alcançam níveis reais de 10 a 15 por cento aa (MOURA DA SILVA<sup>(8)</sup>) e os contratos em termos reais, que utilizam-se da correção monetária a posteriori, dando caráter de constante reavaliação nestes contratos; tudo isto implicou em crescente endividamento das empresas, que já era visível desde 1972(d).

Amplia-se desta forma a crise que se traduz em queda das taxas de investimentos produtivos, portanto, de produção e emprego; aumento da espiral inflacionária alimentada pela estrutura

(a) TAVARES<sup>(11)</sup> acredita que mesmos esses “fartos recursos” foram insuficientes para as necessidades de investimentos a serem realizados entre 1973 e 1976, principalmente.

(b) Talvez seja possível hoje dividir em três: 1974/76; 1977/79 e pós 1979 com o segundo choque do petróleo, que se inicia a partir de janeiro/79.

(c) Estamos utilizando a definição de COUTINHO<sup>(3)</sup>, onde SPE é constituído de grandes empresas e suas subsidiárias ligadas diretamente à base da estrutura produtiva da economia (Siderbrás; Petrobrás; Eletrobrás mais Itaipu e Cia. Vale do Rio Doce).

(d) Sobre financiamento expansão industrial recente ver CALABI<sup>(2)</sup>.

do mercado de capitais, liquidez externa e expansão da dívida pública; atuando novamente de forma negativa sobre o processo de acumulação de capital deixando o setor industrial em graves problemas de dependência do setor financeiro por suas crises de liquidez, implicando o endividamento crescente. Tudo isso, constitui-se, dinamicamente, em agentes da reversão do ciclo e consolidação da crise.

Faremos na próxima seção um ligeiro relato sobre a intermediação financeira, que cumpre até hoje, um papel desfavorável à acumulação de capital, uma vez que concentrou os recursos financeiros mas não os distribuiu aos setores produtivos, como forma de financiamento de suas expansões.

### 5 – ISOLANDO A INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A partir de 1964 o governo toma certas medidas no sentido de revigorar o mercado financeiro que estava, naquele instante, completamente inviabilizado(a). Inúmeras sociedades de crédito e financiamento foram criadas com o fim de contornar a crise daquele mercado e no sentido de viabilizar o financiamento do desenvolvimento nacional. A direção destas medidas foram continuadas nos governos posteriores, com algumas ressalvas, mas sempre sob a égide da consolidação, do amadurecimento, do mercado de capitais.

A partir dos programas de habitação inicia-se um movimento especulativo no mercado imobiliário, dirigindo-se para o mercado de ações, que atinge seu ponto máximo em 1971, e finalmente alcança o mercado financeiro, amparado pelas incertezas dos investimentos, pelos recursos financeiros abundantes e pela estrutura do nosso sistema financeiro.

Essa especulação financeira patrocinada por capitais externos, além das consequências internas já citadas, nos traz um outro problema que hoje só encontra soluções difíceis e delicadas, que é o Balanço de Pagamentos, ou seu saldo devedor acumulado, a dívida externa. Estamos, portanto, afirmando que a dívida externa recente é puramente financeira em sua maior parte e que tinha o fim de satisfazer as “pressões especulativas por liquidez” (MOURA DA SILVA<sup>(8)</sup>), constituindo-se num elemento de “transferência intercapita-

lista de lucros a favor dos banqueiros internacionais que para aqui dirigem o seu excesso de “liquidez internacional”, movidos pelo diferencial entre juros internos e juros externos que torna atraente o mercado financeiro brasileiro”. (TAVARES<sup>(11)</sup>).

Assim, esse processo de especulação, facilitado, como já dissemos, pela expansão da entrada de recursos externos, possibilitada por condições favoráveis de liquidez no mercado internacional, e pela estrutura monetária dual do sistema financeiro — existência de duas unidades de conta: Cr\$ e UPC —, amplia as possibilidades de valorização do capital no mercado financeiro, quer dizer, neste mercado o capital encontra uma taxa de retorno superior à eficiência marginal do capital, que representa o retorno sobre o investimento produtivo<sup>(8, 9, 11)</sup>.

O dualismo monetário do sistema financeiro, instituído e sancionado pela política governamental, permite, nos momentos de recrudescimento do processo inflacionário, como é o caso do pós 74, uma corrida das poupanças do setor que contrata em termos nominais para o setor que remunera em termos reais, no sentido inverso observa-se a corrida dos empréstimos. Desta forma, cria-se um excesso de demanda por fundos no setor nominal e excesso de oferta destes no setor real, gerando instabilidade no sistema (MOURA DA SILVA<sup>(8, 9)</sup>).

Essa instabilidade é a transparência da crise de liquidez, que tem uma contra-partida negativa: aparecimento de falências e permitindo que se intensifique o processo de concentração, que havia sido estimulado desde o início dos anos 70's. Esse processo permite que o Estado participe tanto efetivamente através de seus agentes financeiros, representando 67,2 por cento do passivo e 57,2 do ativo do setor financeiro, como através de legislação que garante a solvabilidade das instituições com o fim de preservar a crença no sistema.

A despeito da concentração estatal, que foi possível graças às altas taxas de rentabilidade do segmento financeiro privado e onde essas taxas foram garantidas através das próprias políticas do governo, ocorre uma concentração nesse segmento privado do sistema financeiro, mormente no setor bancário. O número de agências por

estabelecimentos passa de 38 para 84, numa base de número de estabelecimentos que se estreita de 144 para 69 entre 1970 e 1976.

Conclui-se, portanto, que a “ciran- da financeira”, premiada pela estrutura do mercado de capitais e facilidades de capitais financeiros externos, acaba por ampliar a dívida externa e interna, além de contribuir para elevação e manutenção dos preços em níveis elevados, permite a concentração no mercado de capitais, e as aversões do que se pretendia, este não realiza sua função de financiar o processo de acumulação real com os volumes de capital financeiro captados — por motivos já citados — desfavorecendo, de múltiplas formas, este último processo e contribuindo para o agravamento da crise.

### 6 – ANTECIPANDO CONCLUSÕES

As observação finais, especificamente sobre os dois últimos anos da economia brasileira mostra de forma inequívoca, mormente após o segundo choque do petróleo a partir de 1979, que a crise iniciada no final de 1973 tomou-se bem mais acentuada, e o que é pior, as perspectivas tanto mesmo do governo quanto dos economistas não são de luzes, pelo contrário, não alcançamos ainda o fundo do poço, e isto por certo, pelo menos para alguns, é uma necessidade primeira.

Os preços do petróleo reiniciaram a corrida altista a partir de janeiro de 1979, conseguindo uma boa performance nesse sentido. Passaram de US\$ 12,41, em jan/79 para atingir US\$ 30,00 por barril no primeiro semestre de 1980. Portanto, a duplicação dos preços do petróleo nesse curto período desarranjou a já desorganizada Ordem Econômica, cabendo mais uma vez o onus desse desarranjo ao mundo subdesenvolvido que ainda não havia se reparado, totalmente, do primeiro “sinistro”.

Não há como negar, portanto, que mais uma vez o “caso petróleo” nos atingiu profundamente, desta feita antes de disover-se seus primeiros efeitos. Por outro lado não pode ser novamente levado ao banco dos réus como o único e último culpado. Concordamos que “os desencontros, os erros de política econômica decorrentes de diagnósticos equivocados da situação<sup>(10)</sup>” também possuem suas responsabilidades

(a) Ver a esse respeito seções II e III de TAVARES<sup>(12)</sup>.

pelo quadro atual da crise em que nos encontramos.

Desta forma, as políticas econômicas que muitas vezes têm se apresentado aos investidores com ares de incapacidade, de dubiedade, acabam por co-patrocinar o festival de incertezas contribuindo, portanto, para o agravamento da situação.

Nas múltiplas facetas das políticas econômicas, algumas — Proálcool, Itaipu e Outros — têm apontado para as soluções do nocaute tecnológico, que é uma necessidade urgente uma vez que a “indeterminação do petróleo gerou indeterminação na matriz produtiva”<sup>(6)</sup>. Por outro lado, se reconhece que tais políticas — Proálcool — ainda não se situam num plano bem definido, principalmente porque nesta luta não somos os únicos nocauteados, sendo talvez(?) necessário esperar que a saída mais uma vez se dê pelos grandes centros hegemônicos do capitalismo mundial, porquanto nossa “estrutura industrial é feita à imagem e semelhança da estrutura industrial que existe *urbi et orbe*”<sup>(6)</sup>.

Em meio às questões da crise surgem gritos em nome da agricultura, que sendo um setor marginalizado no processo de acumulação, ou se conduzindo a reboque deste, houve-se gritos de desespero que se dão para a expansão da produção agrícola, obtenção de super-safras, afim de expandir a oferta de alimentos, reduzir o custo de reprodução da força de trabalho e colaborar, portanto, para a queda do nível de preços. Desta forma, o setor

primário se reproduziria, como aliás o tem feito desde a década de 30, como um setor dependente.

Outras questões discutidas nos constantes debates que se tem feito nos últimos anos é da saída da crise. Essas, naturalmente, são as mais diversas, passando por necessidades de queimar o capital excedente acumulado no último período de expansão; realinhamento dos preços relativos, inflação corretiva, etc; expansão dos investimentos governamentais, especialmente dos setores mais dinâmicos; redirecionamento dos investimentos privados para o setor de bens-salários; indo até as mais ortodoxas que exigem uma recessão.

Observa-se que todos esses pontos, mesmo da forma livre que estamos colocando aqui, deixa claro a necessidade básica de apoio político para sua realização, em outras palavras, qualquer que seja a solução encontrada para a crise passará obrigatoriamente por um rearranjo do aparato político-institucional, também não escapa às soluções que devem ser encontradas para o capitalismo a nível mundial — determinação de uma Nova Ordem Econômica — pelo menos estes tem sido um ponto comum de todas as correntes de pensamentos no Brasil. Está dado, assim, o quadro da situação da economia brasileira em todo pós 74, esperando-se nesse momento que as soluções a serem encontradas, ou o novo pacto político a ser firmado, tanto a nível nacional

como internacional, tragam em seu âmbito a ventura da redistribuição da renda e da riqueza, que não passe como grito perdido o apêlo choroso do Sr. Macnamara, no Banco Mundial.

## 7 — CONCLUSÕES

A tentativa de crescimento acelerado e contínuo que se empenhou a economia brasileira, estabelecida oficialmente no II PND (1974), deu à acumulação de capital um fôlego adicional, mas, em meio a uma crise internacional, tal intento não deixou de representar um sonho alto e não foi capaz, como era previsto pelo reconhecimento da internacionalização da economia brasileira, de evitar que mergulhassemos nesta crise que assola a economia mundial com raras exceções.

Assim, encontra-se o Brasil hoje no convívio com a fase mais profunda da crise que se instalou a partir de 1974, a certeza de não ser o único não é tão confortante, e a busca de soluções democráticas torna-se imperativa, a nível interno. A nível externo mais uma vez deve-se reestabelecer a Ordem e dessa vez não poderá ficar à margem desse reordenamento os países terceiro-mundistas, onde constitui-se o Brasil o seu representante natural na América do Sul.

Portanto, é necessário que se repense o “modelo” importado dos países desenvolvidos e que se voltem as atenções para a pobreza relativa e absoluta, entre as pessoas e, no plano externo, entre países.

TABELA 1(\*)  
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO E O PRODUTO INTERNO BRUTO  
FBCF e PIB

	FBCF/PIB	Taxa Cresc. Real PIB	Taxa de Cresc. Real FBCF	Deflator Implícito	Deflator Implícito	-I.G.P. Coluna 2
			A(1) B(2)			
1970	22,3	8,8	8,7 8,2	100	100	100
1971	22,9	13,3	18,5 16,3	117,3	115,1	120,4
1972	22,9	11,7	15,5 12,0	137,7	131,2	140,9
1973	23,0	14,0	14,6 14,4	165,9	157,6	162,2
1974	24,2	9,8	18,4 15,6	218,2	202,3	208,7
1975	25,4	5,6	9,4 10,6	289,6	271,4	266,5
1976	23,7	9,0	6,4 1,9	410,9	369,1	376,5
1977	21,9	4,7	2,8 - 3,3	592,0	500,4	537,4
1978(3)	22,2	5,9	3,9 7,5	—	715,6	745,2

(1) Deflacionado pelo deflator implícito FBCF

(2) Deflacionado pelo IGP Col. 2

(3) Dados estimados pela FGV.

(4) Retirado de Coutinho<sup>(3)</sup>

TABELA 2  
 IMPORTAÇÕES – PRINCIPAIS GRUPOS: 1970-1977 EM 1000 TONELADAS

Ano	Combustíveis e lubrificantes	Máquinas e equipamentos	Produtos químicos orgânicos	Ferro fundido e aço	Metais não ferrosos	cereais	demaís	Total exclusivo combustíveis lubrificantes	Total geral
1970	20 133,1	273,6	323,2	610,8	154,1	2 055,0	4 523,8	7 940,5	28 073,6
1971	23 871,7	339,1	375,6	1 289,8	181,4	1 786,8	5 077,5	9 050,2	32 921,9
1972	27 164,7	440,0	555,2	1 158,3	218,7	1 885,4	7 065,0	11 322,6	38 487,3
1973	36 368,7	432,8	654,1	1 908,3	285,1	3 048,2	7 071,7	13 400,2	49 768,9
1974	37 114,4	612,4	592,7	4 379,9	380,9	2 478,2	9 249,5	17 693,6	54 808,0
1975	39 139,0	663,9	470,2	3 006,5	309,5	2 228,6	7 238,6	13 917,2	53 056,2
1976	45 741,9	578,5	731,8	1 168,9	327,3	3 519,2	9 411,2	15 736,9	61 478,8
1977	46 026,4	421,7	595,3	987,8	404,5	2 680,8	10 979,8	16 069,9	62 096,3

Fonte: Banco Central – Boletim de fev/78.

TABELA 3(\*)

TAXAS DE CRESCIMENTO DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL (%)

	Média para 1970-1974	1975	1976	1977	1978
1. Setor Privado	16,3	5,3	5,7	1,5	4,0
2. Setor Público	17,5	15,3	7,5	4,5	3,6
Governo (Adm. Direta)	13,5	11,9	11,5	1,6	-4,4
Empresa Pública	20,8	17,7	4,8	6,5	9,1
S.P.E.		18,0	9,7	15,0	10,5
Outras		17,3	-4,5	-11,5	5,4
3. FBCF – Total	16,7	9,3	6,5	2,75	3,9

Fonte: Estimativas feitas com base nas informações da tabela 2, sendo que as inversões de Governo vem das Contas Nacionais, as das Empresas Públicas de informações diretas e do Setor Privado por resíduo.

(\*) Retirado de Coutinho<sup>(3)</sup>

ABSTRACT

Attempt to understand the activity of the Brazilian economy after 1974, by means of a critical analysis of the existing literatura about the subject. The way in which Brazil reacted to the shocks resulting from the petroleum crisis (firstly in 1973 and secondly in 1979) is demonstrated, in order to make clear how and why it plunged into the current world economy crisis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONELLI, R. & WERNECK, D.F.F. Desempenho industrial: auge e desaceleração nos anos 70. In: *INDUSTRIA: política, instituições e desenvolvimento*. IPEA/INPES, 1978. (Série Monográfica n. 28).
- CALABI, A.S. & REISS, G.D. *Capital industrial e capital financeiro: notas sobre o financiamento da expansão industrial recente*. São Paulo, FIFE-USP, 1979 48p.
- COUTINHO, L. & REICHSTUL, H.P. *Investimento empresarial do estado e crise: 1974-1980*. São Paulo, IPE-USP, 1980.
- COUTINHO, L. *Economia brasileira: crise e perspectiva*. Revista *Tibérica*, (12): 1980.
- KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo, Hicitec, 1977 193p.
- LESSA, C. *Folha de São Paulo*, 05 de out. 1980.

7. MELLO, J.M.C. de & BELLUZZO, L.G.M. Reflexões sobre a crise atual. *Escrita Ensaio*, São Paulo, (2): 1977.
8. MOURA DA SILVA, A. *Evolução recente da economia brasileira*. São Paulo IPE-USP, 1979. 79p.
9. -----. *Intermediação financeira*. São Paulo, FIPE-USP, 1980. 134p.
10. SERRA, J. *Folha de São Paulo*, 06 de jun. 1980.
11. TAVARES, M.C. *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1978. Tese Univ. Fed. do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.
12. TAVARES, M.A.R. Uma década de economia brasileira. *SEMINA*, Londrina, 3 (10): jan/mai/82, p. 137-141.
-